



GRADUAÇÃO – PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	Noções Gerais de Direito						
DOCENTE	Rodrigo Junqueira Bertoncini						
CÓDIGO	DIR599 6	PERÍODO/ FASE/ SEMESTRE	5º	NATUREZA	Obrigatório	CARGA HORÁRIA	72h

EMENTA	Pessoas. Bens. Fato jurídico. Direito de vizinhança. A empresa. Registro do Comércio. Nome comercial. Propriedade industrial. Sociedades comerciais. Títulos de crédito. Empregado. Empregador. Contrato de trabalho. Estabilidade e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Segurança e Medicina do Trabalho. Previdência Social. Legislação relativa aos profissionais da engenharia. CONFEA. CREA. Exercício profissional. Responsabilidade profissional. Registro de autonomia de planos e projetos. Remuneração profissional..	
OBJETIVOS	Introduzir os estudantes em diferentes ramos do Direito, proporcionando uma maior compreensão das relações jurídicas estabelecidas em suas atividades profissionais.	
METODOLOGIA	Aulas expositivas dialogadas, com utilização de recursos multimídia e atividades de fixação do conteúdo.	
HABILIDADE Exigência MEC – Resolução nº 5, 18 de dezembro de 2018.	<input type="checkbox"/>	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.
	<input checked="" type="checkbox"/>	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.
	<input type="checkbox"/>	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.
	<input checked="" type="checkbox"/>	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.
	<input type="checkbox"/>	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.
	<input type="checkbox"/>	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.
	<input type="checkbox"/>	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.
	<input type="checkbox"/>	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.
	<input checked="" type="checkbox"/>	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.
	<input type="checkbox"/>	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.
	<input type="checkbox"/>	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.
	<input checked="" type="checkbox"/>	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
<input type="checkbox"/>	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.	



GRADUAÇÃO – PLANO DE ENSINO

	<input type="checkbox"/>	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos
	Escolher um item.	Outras: 1. Compreender a dimensão histórica do fenômeno jurídico; 2. Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos; 3. Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão; 4. Dominar instrumentos da metodologia histórico-jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais; 5. Compreender a lógica da produção jurídica no Brasil, em uma região do mundo que julga atrasada e periférica; 6. Desenvolver a cultura do diálogo, ao dar-se conta do pluralismo ideológico da produção jurídica; 7. Explicar a “lógica” dos transplantes jurídicos em um país que se percebe periférico; 8. Compreender a razão do movimento pendular entre liberalismo cosmopolita e conservadorismo nacionalista ao longo da história do pensamento jurídico brasileiro; 9. Vincular o surgimento dos diversos diplomas jurídicos fundamentais às problemáticas de construção do Estado de direito democrático; 10. Esclarecer as variedades progressistas e conservadora dentro do próprio pensamento jurídico.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
AULA	TEMA	
1 (02/03)	Introdução ao Direito - Parte I e Introdução à disciplina.	
2 (09/03)	Introdução ao Direito - Parte II.	
3 (16/03)	Introdução ao Direito - Parte III.	
4 (23/03)	Feriado	
5 (30/03)	Pessoas, bens, fato jurídico e direito de vizinhança.	
6 (06/04)	Introdução ao Direito Empresarial, Noções de Propriedade Industrial e Registro do Comércio.	
7 (13/04)	Sociedade Limitada.	
8 (20/04)	Dia não letivo.	
9 (27/04)	Sociedade Anônima.	
10(04/05)	Títulos de Crédito.	
11(11/05)	Introdução ao Direito do Trabalho.	
12(18/05)	Revisão.	
13(25/05)	Avaliação 1.	
14(01/06)	Legislação relativa aos profissionais de engenharia - Introdução.	
15(08/06)	Sistema CONFEA - CREA.	
16(15/06)	Responsabilidade profissional e registro de planos e projetos.	
17(22/06)	Avaliação 2.	
18(29/06)	Prova substitutiva.	
19(06/07)	Prova de recuperação.	
20(13/07)		
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	1. Avaliações: Duas avaliações escritas, de igual peso, versando sobre toda a matéria ministrada até a aula imediatamente anterior. 2. Trabalhos: Trabalhos escritos para fixação de conteúdo e composição da média final poderão ser realizados. 3. Frequência: É exigida a frequência mínima de 75% nas aulas, na forma da legislação vigente. 4. Prova de substituição: A substituição das notas relativas às provas não realizadas será efetuada através de prova (oral ou escrita), versando sobre todo o conteúdo estudado no semestre. A nota dessa prova substituirá as notas das provas escritas não	



GRADUAÇÃO – PLANO DE ENSINO

	<p>realizadas. O mesmo procedimento será adotado para a substituição das notas de trabalhos.</p> <p>5. Prova de recuperação: Haverá, ao final do semestre, uma prova final de recuperação, sobre toda a matéria ministrada no respectivo período letivo. Essa prova é obrigatória para os alunos que apresentarem média inferior a 6 (seis). Para ter direito à prova de recuperação é necessário ter média igual ou superior a 3 (três), bem como possuir frequência às aulas de no mínimo 75%. Alunos com média inferior a 3 (três) e/ou frequência insuficiente não terão direito à prova de recuperação, estando reprovados.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de direito público e privado. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 464 p. ISBN 9788522457977.</p> <p>TARTUCE, Flávio. Direito civil. 14. ed. rev. atual. ampl. Rio de Janeiro: Forense, c2019</p> <p>COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial: direito de empresa. 20 ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Saraiva, [2016]. v. ISBN 9788502025639 (obra compl.).</p> <p>NEGRÃO, Ricardo. Curso de direito comercial e empresarial. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.</p> <p>RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito empresarial esquematizado. 5. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Método, c2015. xxxi, 852 p. ISBN 9788530959890.</p> <p>DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. São Paulo: LTr, c2019. 1773 p.</p> <p>Bibliografia adicional poderá ser indicada no decorrer do semestre, especificamente para cada aula e com antecedência razoável.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. ISBN 9788502025639 (obra compl.).</p> <p>MORETTI, Eduardo; OLIVEIRA, Leandro Antonio Godoy (Org.). Startups: aspectos jurídicos relevantes. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. 174 p. ISBN 9788551905579.</p> <p>NEGRÃO, Ricardo. Aspectos objetivos da lei de recuperação de empresas e de falências. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2008.</p> <p>NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito empresarial. 7. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2017. 352 p. ISBN 9788547213817.</p> <p>PENNA, Paulo Eduardo. Alienação de controle de companhia aberta. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2012. 320 p. ISBN 8576746190.</p> <p>PRADO, Viviane Muller. Conflito de interesses nos grupos societários. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2006. 271 p. ISBN 9788576741244.</p>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE
CEP 88040-900 - FLORIANÓPOLIS – SC
TELEFONE (48) 3721-5602 E-mail: dir@contato.ufsc.br



GRADUAÇÃO – PLANO DE ENSINO